

Acta N.º 16/2011	
Livro N.º	Folha N.º
35	268

REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL**ACTA N.º 16/2011 DE 07 DE JULHO**

----- Aos sete dias do mês de Julho do ano de dois mil e onze, nesta vila, sede do Município de Vila Nova de Paiva, no Salão Nobre dos Paços do Município, realizou-se a décima sexta reunião camarária do ano em curso, de natureza ordinária, sob a presidência do Sr. Dr. José Morgado Ribeiro, na qualidade de Presidente da Câmara, estando presentes os Srs. Vereadores Dr.^a Delfina Maria Fonseca Gomes, Vereadora a Tempo Inteiro e Vice-Presidente da Câmara, Manuel Marques Custodio, Dr. Avantino Loureiro Beleza e Dr.^a Ana Cristina Ribeiro dos Santos, Vereadores em regime de não permanência. -----

----- A reunião foi secretariada por mim, Dr. José Manuel Amado Magalhães, Chefe da Divisão de Administração e Finanças em regime de comissão de serviço, indigitado verbalmente para o efeito pelo Sr. Presidente da Câmara, coadjuvado pela Coordenadora Técnica, Sr.^a Regina Almeida Ramos. -----

-----E sendo a hora designada para início dos trabalhos, dez horas e quinze minutos, e verificando-se haver “quórum” para funcionamento do Executivo e tendo os membros presentes ocupado os seus lugares, o Sr. Presidente declarou aberta a reunião. -----

----- INFORMAÇÕES -----

----- Foram prestadas algumas informações como segue: -----

----- a) Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP).-----

----- O Sr. Presidente informou que irá participar no congresso da ANMP, a realizar em Coimbra, no próximo dia 9 do corrente mês. -----

----- b) Censos 2011. -----

----- O Sr. Presidente da Câmara, está preocupado e informou que os resultados provisórios dos Censos, mostram que neste últimos dez anos houve uma diminuição de população em todas as freguesias do concelho e que inclusive em algumas com uma percentagem elevada. -----

----- c) Programa Conforto Habitacional para Pessoas Idosas (PCHI) -----

----- O Sr Presidente informou que no dia quatro do corrente mês, esteve no Instituto de Segurança Social a assinar o protocolo, cujo valor global atribuído a Vila Nova de Paiva é de €28.000,00, não podendo exceder o montante de €3.500,00 por habitação. Informou ainda que há já habitações sinalizadas para intervenção especialmente a nível da mobilidade. -----

----- d) Contrato de financiamento para construção da Praia Fluvial de Vila Nova de Paiva. -----

----- O Sr. Presidente informou que em vinte e sete de Junho foi assinado com a Autoridade de Gestão do POR Centro o contrato de financiamento para construção da Praia

Fluvial de vila Nova de Paiva, e que hoje mesmo irá reunir com ao Técnicos da Câmara e Projectista de forma a dar início às obras. -----

e) Gozo de Férias. -----

----- O Sr. Presidente deu conhecimento ao Executivo de que, no período compreendido entre 18 e 29 de Julho, irá estar em gozo de férias. -----

f) Parque Infantil de Vila Nova de Paiva -----

----- O Sr. Vereador Manuel Custódio questionou o Sr. Presidente se o parque infantil já tem licença de utilização e se a CEPSA já pagou o valor da comparticipação prevista de cinquenta mil euros. -----

----- O Sr. Presidente da Câmara, informou que a situação daquele espaço, já está regularizada em termos de Finanças e Conservatória. Quanto ao licenciamento do parque infantil informou que as obras ainda não estão concluídas, estando a ser construída a vedação nas oficinas municipais. Quanto à comparticipação de cinquenta mil euros, da CEPSA informou que ainda não foi efectuada a transferência que ocorrerá com a assinatura do contrato de arrendamento. -----

----- O Sr. Vereador Manuel Custódio, alertou para o facto da falta de licença de utilização do parque poder trazer problemas para o Município no caso de haver algum acidente com crianças. -----

g) Actividades do “Ver Paiva 2011” -----

----- A Sr. Vereadora Ana Cristina Santos pretendeu saber o ponto da situação das festas, e respectivo orçamento. O Sr. Presidente informou que, até ao momento, para as festividades a realizar nos próximos dias 12 e 13 de Agosto foi contratada empresa especializada, pelo preço, excluído o IVA, de dezoito mil novecentos e setenta e cinco euros, para actuação de DJ, grupo musical e o artista Emanuel. No entanto, oportunamente, dará conta das despesas efectuadas. -----

h) Actividades de Enriquecimento Curricular (AEC) para o ano lectivo de 2011/2012. -----

----- A Sr. Vereadora Ana Cristina Santos pretendeu saber se no próximo ano lectivo a Câmara Municipal irá continuar a ser a entidade promotora das AEC, e se já há planificação das actividades. -----

----- O Sr. Presidente informou que em reunião com o Agrupamento ficou decido que continuaria a ser a Câmara Municipal a entidade promotora. Quanto à contratação do pessoal essa será divulgada na plataforma do Ministério da Educação e nos termos do Decreto-Lei n.º 212/2009 ou mediante utilização dos mecanismos de contratação de recursos humanos legalmente previstos. -----

-----PERÍODO “ANTES DA ORDEM DO DIA”-----

Acta N.º 16/2011	
Livro N.º	Folha N.º
35	268

----- Antes de se iniciar a análise da ordem do dia o Sr. Presidente propôs a inserção na ordem de trabalhos dos assuntos a seguir indicados, o que foi aceite por unanimidade pela Vereação. -----

----- **a)** Empreitada de “**Beneficiação do Caminho Agrícola do Barreiro (Ligação Alhais/Touro/Póvoa)**” – Adjudicatário: Irmãos Guimarães, L.da - Apreciação e votação do auto de medição de trabalhos contratuais n.º 3, no valor, excluído o IVA, de € 19.766,58 (dezanove mil, setecentos e sessenta e seis euros e cinquenta e nove cêntimos) – Informação N.º 67-P/11, de 2011-07.05. -----

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade aprovar o auto e autorizar o respectivo pagamento. -----

----- **ORDEM DO DIA** -----

----- De seguida passou-se à análise da Ordem do Dia, oportunamente remetida à vereação nos termos legais: -----

----- **1 – Apreciação e votação do texto definitivo da acta da reunião ordinária de 16 de Junho do ano em curso.** -----

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por maioria, com abstenção dos Srs. Vereadores Avantino Beleza e Ana Cristina Santos por não terem estados presentes naquela reunião, aprovar o texto definitivo da acta. -----

----- **2 – Dr. Avantino Loureiro Beleza, Vereador em Regime de não Permanência – Pedido de justificação de ausência a reunião camarária** – Por e-mail registado em 24.06.2011, informa que não pode estar presente na reunião ordinária da Câmara Municipal do dia 16 de Junho do ano em curso e solicita a justificação da respectiva ausência à reunião. -----

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade e escrutínio secreto justificar a ausência à reunião em causa do Sr. Vereador Avantino Beleza. -----

----- **OBRAS PÚBLICAS** -----

----- **Por Empreitada** -----

----- **a)** Empreitada de “**Construção do Parque Desportivo Municipal de Vila Nova de Paiva**” - Adjudicatário: Embeiral - Engenharia e Construção, S.A – Apreciação e votação do auto de medição de trabalhos contratuais n.º 11, no valor, excluído o IVA, de € 26.239,61 (vinte e seis mil, duzentos e trinta e nove euros e sessenta e um cêntimos) – Informação N.º A-043/2011, de 09.06.2011. -----

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade aprovar o auto e autorizar o respectivo pagamento. -----

----- **b)** Empreitada de “**Beneficiação do Caminho Agrícola do Barreiro (Ligação Alhais/Touro/Póvoa)**” – Adjudicatário: Irmãos Guimarães, L.da - Apreciação e votação do

auto de medição de trabalhos contratuais n.º 2, no valor, excluído o IVA, de €17.581,00 (dezassete mil quinhentos e oitenta e um euros) – Informação N.º 53-P/11, de 2011-06-07. -

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade aprovar o auto e autorizar o respectivo pagamento. -----

----- **c) Empreitada de “Construção da Circular Urbana Norte a Vila Nova de Paiva” -** Adjudicatária: Embeiral – Engenharia e Construção, S.A – Apreciação e votação do auto de medição de trabalhos adicionais n.º 2, no valor excluído o IVA, de €90,09 (noventa euros e nove centavos) – Informação N.º 63-P/2011, de 29.06.2011. -----

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade aprovar o auto e autorizar o respectivo pagamento. -----

----- **d) Empreitada de “Construção da Circular Urbana Norte a Vila Nova de Paiva” -** Adjudicatária: Embeiral – Engenharia e Construção, S.A – Apreciação e votação do auto de medição de trabalhos contratuais n.º 14, no valor, excluído o IVA, de €40.169,08 (quarenta mil, cento e sessenta e nove euros e oito centavos) – Informação N.º 62-P/2011, de 29.06.2011. -----

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade aprovar o auto e autorizar o respectivo pagamento. -----

----- **OBRAS PARTICULARES** -----

----- **Licenciamento de Obras Particulares** -----

----- **a) Licenciamento de Obras Particulares no âmbito de competência delegada e subdelegada** no período compreendido entre o dia 01 e o dia 15 de Junho de 2011. -----

----- **DELIBERAÇÃO:** O Executivo tomou conhecimento. -----

----- **b) Fernando José Pinheiro, de Adomingueiros, Touro** – Alteração de um edifício destinado a habitação unifamiliar, no Lugar de Adomingueiros, na Freguesia de Touro – Caducidade do processo n.º 64/2002 – Informação N.º FM 106/2011, de 31.05.2011. -----

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade declarar a caducidade do processo n.º 64/2002 devendo o titular do alvará ser notificado nos termos e para os efeitos legais. ----

----- **c) Jorge Amaral Ribeiro, de Vila Cova à Coelheira** – Construção de um edifício destinado a habitação unifamiliar, no Lugar de Comeada, em Vila Cova à Coelheira – Caducidade do processo de obras n.º 49/2007 – Informação N.º RS-98/2011, de 29.06.2011. -----

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade declarar a caducidade do processo n.º 49/2007 devendo o titular do alvará ser notificado nos termos e para os efeitos legais. ----

----- **DELIBERAÇÕES DIVERSAS** -----

----- **a) 4.ª Alteração às Grandes Opções do Plano (PPI e AMR) e ao Orçamento para o ano financeiro de 2011** – Conhecimento do Despacho do Presidente da Câmara de 22.06.2011, de aprovação das alterações. -----

Acta N.º 16/2011	
Livro N.º	Folha N.º
35	268

----- **DELIBERAÇÃO:** O Executivo tomou conhecimento. -----

----- **b) Adenda à deliberação da Câmara Municipal de 17 de Março de 2011 de gestão dos recursos humanos em função do Mapa de Pessoal e orçamentação e gestão das despesas com pessoal para o ano de 2011** – Proposta do Presidente da Câmara datada de 28 de Junho de 2011. -----

----- Foi presente à reunião a proposta do Sr. Presidente da Câmara datada de 28 de Junho de 2011, do seguinte teor integral: -----

“ *Considerando que:*

1) O Mapa de Pessoal da Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva para vigorar no ano de 2011, bem como o Orçamento Municipal e as Grandes Opções do Plano (GOP), foram aprovados pela Assembleia Municipal na sessão ordinária que teve lugar no dia 27 de Dezembro de 2010, sob proposta da Câmara Municipal aprovada na reunião ordinária realizada no dia 16 de Dezembro de 2010;

2) Por deliberação da Assembleia Municipal em sessão ordinária de 20 de Junho de 2011, sob proposta da Câmara Municipal aprovada na reunião ordinária do dia 16 de Junho de 2011, foi aquele Mapa de Pessoal alterado, tendo sido criados cinco postos de trabalho, afectos ao Gabinete Técnico Florestal (GTF), a ocupar com recurso à constituição de relações jurídicas de emprego público a termo resolutivo incerto, na categoria de assistente operacional (área de sapadores florestais), da carreira geral de assistentes operacionais, sendo que, com a ocupação daqueles postos de trabalho, serão extintos os cinco postos de trabalho actualmente existentes na actividade de sapador florestal ocupados em regime de contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo certo;

3) Os contratos individuais de trabalho a termo resolutivo certo para ocupação dos cinco postos de trabalho na actividade de sapador florestal foram celebrados, com efeitos desde 14 de Julho de 2008, com cinco candidatos a sapadores florestais, com fundamento e ao abrigo da alínea i), do n.º 1, do art.º 9.º, da Lei n.º 23/2004, de 22 de Junho (desenvolvimento de projectos não inseridos nas actividades normais dos órgãos ou serviços), que constituem a equipa de sapadores florestais notada por SF 26-165 Vila Nova de Paiva, após processo simplificado de selecção, na sequência da aprovação de candidatura da Câmara Municipal ao abrigo do Decreto-Lei n.º 179/99, de 21 de Maio, com as alterações que lhe foram introduzidas, pela Direcção Geral dos Recursos Florestais, sendo que, em 1 de Janeiro de 2009, por força da entrada em vigor do Regime de Contrato de Trabalho em Funções Públicas (RCTFP) aprovado em anexo à Lei n.º 59/2008, de 11 de Setembro, e nos termos previstos na Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro (LVCR), transitaram para o regime de contrato de trabalho em funções públicas

a termo resolutivo certo, ficando os respectivos contratos sujeitos à duração máxima fixada no art.º 103.º do Anexo I (Regime) do RCTFP (duração máxima de três anos), por interpretação “a contrario” do n.º 1 do art.º 14.º da referida Lei n.º 59/2008;

4) Em conformidade com a cláusula 13.ª do Protocolo celebrado em 21 de Julho de 2008 entre a Direcção Geral dos Recursos Florestais (DGRF) e a Câmara Municipal para apoio financeiro ao funcionamento da equipa de sapadores florestais, a vigência do referido Protocolo é por tempo incerto, ao dispor que “O presente protocolo vigora até à extinção da equipa, sem prejuízo da suspensão do pagamento de apoios nas situações nele previstas ou estabelecidas por lei, podendo ser alterado por acordo entre as partes.”

5) Muito embora esteja em causa o desenvolvimento de actividades não inseridas nas actividades normais dos serviços municipais, e que não configuram por ora necessidades permanentes dos serviços, será de interesse público municipal, dadas as características florestais do Concelho, e enquanto vigorar o referido Protocolo, manter uma equipa de sapadores florestais para trabalhos nomeadamente de serviço público de prevenção, vigilância, primeira intervenção, apoio ao combate e rescaldo e vigilância pós-incêndio, como prevê o Decreto-Lei n.º 179/99, de 21 de Maio, com as alterações que lhe foram introduzidas, entretanto revogado e substituído pelo Decreto-Lei n.º 109/2009, de 15 de Maio;

6) De harmonia com o disposto no art.º 4.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro, alterado pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de Abril, diploma que adaptou à administração autárquica a Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro (doravante LVCR), rectificada pela Declaração de Rectificação n.º 22-A/2008, de 24 de Abril, e alterada pelas Leis n.º 64-A/2008, de 31 de Dezembro, 3-B/2010, de 28 de Abril, 34/2010, de 2 de Setembro e 55-A/2010, de 31 de Dezembro, o recrutamento nas condições previstas no n.º 2 do art.º 6.º da LVCR, é precedido de aprovação da Câmara Municipal, sendo o sentido e a data da deliberação expressamente mencionados no procedimento do recrutamento e, em conformidade com o n.º 2 do art.º 9.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, o procedimento do recrutamento observa as injunções decorrentes do disposto no art.º 6.º da LVCR, e do art.º 4.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro;

7) Conforme alíneas a) e c), do n.º 2, do art.º 5.º, do Decreto-Lei n.º 209/2009, compete à Câmara Municipal decidir sobre o montante máximo dos encargos com o recrutamento de trabalhadores necessários à ocupação de postos de trabalho previstos, e não ocupados, no Mapa de Pessoal aprovado, que compreende, nomeadamente, o recrutamento de trabalhadores em regime de contrato de trabalho a termo resolutivo (certo ou incerto);

Acta N.º 16/2011	
Livro N.º	Folha N.º
35	268

8) Dispõe, por sua vez, o n.º 8 do art.º 43.º da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de Dezembro, que aprovou o Orçamento Geral do Estado para 2011, que às autarquias locais não abrangidas pelas situações de desequilíbrio financeiro estrutural ou de ruptura financeira como tal definidas no art.º 41.º da Lei das Finanças Locais aprovada pela Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro – caso deste Município – se aplica, em 2011, o disposto no art.º 10.º da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de Junho, em matéria de recrutamento de trabalhadores, desde que, por um lado, por força da alínea c), do n.º 2, e n.º 11, do art.º 24.º da mesma Lei n.º 55-A/2010, se trate de recrutamento nomeadamente de trabalhadores para a categoria de assistente operacional, da carreira geral de assistente operacional e, por outro lado, se apliquem nos procedimentos concursais as regras de determinação do posicionamento remuneratório nos termos previstos no art.º 26.º da mencionada Lei n.º 55-A/2010;

9) Por interpretação “a contrario” do n.º 1 do art.º 9.º da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de Junho, aplicável às autarquias locais por força do seu art.º 10.º, resulta como regra geral de recrutamento a possibilidade de abertura de procedimentos concursais com vista à constituição de relações jurídicas de emprego público por tempo indeterminado ou a termo resolutivo (certo ou incerto), desde que o âmbito de recrutamento se restrinja a candidatos possuidores de uma relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado previamente estabelecida e mediante prévio parecer favorável da Câmara Municipal, sob proposta do Presidente da Câmara, nos termos dos artigos 4.º e 9.º Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro, por força do articulado no n.º 1 do art.º 10.º da mesma Lei n.º 12-A/2010;

10) O n.º 2 do art.º 10.º da Lei n.º 10-A/2010 vem dispor que, em situações excepcionais, devidamente fundamentadas, os municípios poderão proceder à abertura de procedimentos concursais destinados também a candidatos que não possuam uma relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado previamente constituída, desde que autorizado pela Câmara Municipal, sob proposta do Presidente da Câmara (n.º 3 do art.º 10.º), dependendo da verificação cumulativa dos seguintes dois requisitos:

a) Fundamentação na existência de relevante interesse público no recrutamento, ponderada a eventual carência dos recursos humanos no sector de actividade a que se destina o recrutamento bem como a evolução global dos recursos humanos do município;

b) Impossibilidade de ocupação dos postos de trabalho em causa nos termos previstos nos n.ºs 1 a 5 do art.º 6.º da LVCR, ou por recurso a pessoal colocado em situação de mobilidade especial ou a outros instrumentos de mobilidade.

11) A verificação da impossibilidade de ocupação dos postos de trabalho em causa nos termos previstos nos n.ºs 1 a 5 do art.º 6.º da LVCR, ou por recurso a pessoal colocado em situação de mobilidade especial ou a outros instrumentos de mobilidade, será suscitada

no âmbito dos próprios procedimentos concursais para a constituição de relações jurídicas de emprego público nas modalidades por tempo indeterminado ou a termo resolutivo (certo ou incerto), pela observação nomeadamente das prioridades legais de recrutamento decorrentes, respectivamente, dos n.ºs 4 ou 5 do art.º 6.º, e alínea d), do n.º 1, do art.º 54.º, ambos da LVCR, sendo a tramitação dos procedimentos concursais de recrutamento regulada pela Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro, rectificada pela Declaração de Rectificação n.º 12/2009, de 10 de Fevereiro, e alterada e republicada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de Abril;

Assim, face ao exposto, e em conformidade com o disposto no n.º 8 do art.º 43.º da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de Dezembro, tenho a honra de propor à Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva que, ao abrigo do n.º 3, e para efeitos do n.º 2, do art.º 10.º da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de Junho, e em aditamento à deliberação tomada na reunião ordinária de 17 de Março de 2011 e face à alteração do Mapa de Pessoal em vigor, delibere:

1.º) Reconhecer o relevante interesse público municipal, enquanto se mantiver em vigência o Protocolo celebrado em 21 de Julho de 2008 entre a Direcção Geral dos Recursos Florestais (DGRF) e a Câmara Municipal, no recrutamento de trabalhadores com perfil e formação específica adequados ao exercício das funções de gestão florestal e defesa da floresta, para ocupação dos cinco postos de trabalho, com a categoria de assistente operacional (área de sapador florestal), da carreira geral de assistentes operacionais, enquadrados no Gabinete Técnico Florestal (GTF) conforme 1.ª alteração ao Mapa de Pessoal em vigor, por recurso à constituição de relações jurídicas de emprego público a termo resolutivo incerto, nos termos dos artigos 106.º e 107.º do Anexo I (Regime) da Lei n.º 59/2008, de 11 de Setembro (RCTFP), com fundamento e ao abrigo da alínea i), do n.º 1, do art.º 93.º do mesmo Anexo I (desenvolvimento de projectos não inseridos nas actividades normais dos órgãos ou serviços), dado a Câmara Municipal não dispor de trabalhadores em regime de tempo indeterminado, com o perfil e a formação específica adequada ao desempenho daquelas funções.

2.º) Autorizar o recrutamento dos trabalhadores necessários à ocupação dos referidos cinco postos de trabalho previstos, e não ocupados, no Mapa de Pessoal, em regime de tempo inteiro, para contratação a termo resolutivo incerto na categoria base da carreira geral de assistente operacional (área de sapadores florestais), mediante abertura de procedimento concursal cuja tramitação é regulada pela Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro, alterada e republicada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de Abril, podendo ser candidatos ao procedimento concursal os trabalhadores com uma relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado previamente estabelecida, bem como, tendo em conta os princípios de racionalização e eficiência que devem presidir à actividade

Acta N.º 16/2011	
Livro N.º	Folha N.º
35	268

municipal, e ao abrigo do n.º 6 do art.º 6.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, os trabalhadores com relação jurídica de emprego público por tempo determinado ou determinável ou sem relação jurídica de emprego público, devendo o Júri do procedimento observar as respectivas prioridades legais de recrutamento nos termos previstos no n.º 5 do art.º 6.º e alínea d), do n.º 1, do art.º 54.º, ambos da LVCR.

3.º) Aprovar, nos termos e efeitos a que se refere a alínea a), do n.º 2, do art.º 5.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro, o montante de € 9.700,00 (nove mil e setecentos euros) de encargos previstos para o ano de 2011 com o referido recrutamento (quatro meses), tendo em consideração as regras de determinação do posicionamento remuneratório vigentes desde 1 de Janeiro de 2011, visto que, por força da alínea d), do n.º 1, do art.º 26.º da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de Dezembro, e no caso da categoria base da carreira geral de assistente operacional, a posição remuneratória de referência para o procedimento concursal corresponderá à efectiva remuneração base a auferir pelos candidatos aprovados que não sejam detentores de uma prévia relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, em virtude de esta não poder ser superior à 1.ª posição remuneratória, nível remuneratório 1, da respectiva tabela remuneratória única.” -----

----- DELIBERAÇÃO: Deliberado por unanimidade aprovar a proposta do Sr. Presidente.

----- APROVAÇÃO EM MINUTA -----

----- A presente acta foi aprovada em minuta na própria reunião, por unanimidade, sob proposta verbal do Sr. Presidente, nos termos do que dispõe o n.º 3 do art.º 92.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, e foi assinada pelos membros que a aprovaram. -----

----- ENCERRAMENTO -----

----- E não havendo outros assuntos a tratar, o Sr. Presidente declarou encerrada a reunião, eram onze horas e vinte minutos, pelo que de tudo, para constar, se lavrou a presente acta que, depois de lida e aprovada, foi rubricada e assinada pelo Sr. Presidente da Câmara e por mim que a secretariei. -----